

Segurança

| TEMA | TÓPICO | POSICIONAMENTO ACREDITO | RESULTADO |
|--------------------|------------------------------------|---|--|
| VISÃO E GOVERNANÇA | Competências da União | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar uma política nacional de segurança pública, com diretrizes e recursos definidos - Fortalecer o Ministério da Segurança Pública como instância de coordenação da política nacional de segurança pública - Delimitar, de forma clara, as competências das áreas de segurança pública e justiça criminal, bem como as competências das diferentes esferas (União, estados e municípios) e suas entidades - Promover o diálogo entre as diferentes entidades de segurança pública - Criar a Escola Nacional de Segurança Pública para aprimorar a formação de gestores e profissionais de segurança - Gerir informações e avaliações de políticas de segurança a partir do monitoramento dos recursos empregados | <ul style="list-style-type: none"> - Atribui responsabilidades claras à União, a qual terá uma função mais estratégica e de articuladora entre os estados - Faz com que repasse de recursos para estados e municípios esteja atrelado à política nacional de segurança |
| | Competências dos estados | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar a política estadual de segurança pública - Coordenar o trabalho, a formação, a valorização e o monitoramento das Polícias Civil e Militar - Planejar com base em diagnósticos e se comprometer com resultados de prevenção e de redução da violência, monitorados periodicamente - Interagir com municípios para estruturar a prevenção e políticas comunitárias de segurança | Divide um pouco da responsabilidade que os estados têm em segurança pública com a União e os municípios |
| | Competências dos municípios | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar a política municipal com foco na prevenção da violência - Fortalecer o papel das guardas municipais na prevenção, policiamento comunitário, mediação de conflitos e compartilhamento de informações com as outras polícias (mas sem invadir as funções específicas de cada uma delas) | Atribui responsabilidades claras aos municípios, os quais devem atuar principalmente na prevenção e em conjunto com os estados |



| | | |
|---|--|--|
| Financiamento de Segurança Pública | <ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar a gestão dos recursos federais, em parceria com os estados, municípios e sociedade civil, criando critérios e contrapartidas claros para o repasse de recursos, nos moldes da Saúde (SUS), Educação (FUNDEB) e Assistência Social (SUAS) - Promover o repasse de recursos da União para Estados e Municípios via transferências fundo a fundo - Fortalecer capacidade institucional e de gestão das polícias para planejamento dos gastos de curto a longo prazo - Ter prioridades, condicionalidades e indicadores de monitoramento - Definir o que são despesas com segurança pública em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional | <ul style="list-style-type: none"> - Torna a aplicação de recursos mais eficiente e direcionada para ações com o maior potencial de impacto - Prevê acompanhamento dos resultados das ações e utilização dos recursos |
| Gestão das informações | <p>Criar um instituto voltado a subsidiar a formulação, monitoramento e avaliação das políticas de segurança pública, nos moldes do INEP, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerir o SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - Produzir e disseminar avaliação das políticas de segurança - Padronizar e disseminar indicadores estaduais de segurança - Criar o Plano Nacional de Redução de Homicídios, com metas estaduais e indicadores de avaliação | <ul style="list-style-type: none"> - Concentra dados e avaliação de políticas de segurança pública, possibilitando o aprimoramento de políticas com base em evidências - Dá transparência ao cenário da segurança pública nacional, com dados comparáveis entre si - Fomenta melhoria dos estados ao fixar metas e acompanhar os resultados |
| Controle de armas e munições | <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer controle sobre categorias com acesso a armas (coleccionadores, empresas de segurança e atiradores) - Expandir programas de incentivo de retirada de armas de circulação - Criar mecanismos de rastreamento de armas e ampliar marcação de munições - Criar sistema para rastrear armas apreendidas - Criar protocolos e grupos inter-setoriais (com polícias estaduais, Judiciário, Exército e Polícia Federal) para promover, no nível local, a segurança dos estoques e rápida destruição de armas e munições apreendidas | <ul style="list-style-type: none"> - Reduz número de armas em circulação - Diminui número de homicídios, cometidos por armas de fogo em 72% dos casos - Torna mais difícil furtos e roubos de armas apreendidas pelas polícias |

| | | | |
|------------------|-------------------------------|--|---|
| PREVENÇÃO | Programas de prevenção | <ul style="list-style-type: none"> - Focar em territórios com maior número de homicídios, na faixa etária, etnia e gêneros mais afetados - Envolver os municípios na implementação, por meio de linhas de financiamento e com foco em políticas intersetoriais e de gestão urbana (por exemplo, melhorar iluminação urbana com foco em áreas de maior risco de ocorrência de crimes) - Promover interação entre secretarias, de modo prevenir crimes violentos quando já há registros e mapeamento de vulnerabilidades (ex: atuação conjunta com secretarias de saúde e de assistência social quando há histórico de violência doméstica) | <ul style="list-style-type: none"> - Foca recursos de prevenção onde é mais necessário - Com a participação dos municípios, traz conhecimento local para as ações - Com articulação entre diferentes órgãos do governo, faz com que atuação dos governos seja mais efetiva |
| POLÍCIA | Valorização policial | <p>Propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratar apólice de seguro de vida e acidentes Incapacitantes para os policiais civis e militares - Garantir aos policiais militares o direito de serem representados por suas associações de classe - Instituir, em todas as polícias estaduais, planos de carreira e salários atrativos, - Mapear, em função das características locais, o número de policiais que seria necessário, comparar com o efetivo e tornar transparentes esses números - Onde necessário, contratar policiais - Modernizar e democratizar regimentos disciplinares das polícias militares (ex: eliminar prisões por faltas disciplinares) - Revisar normas e protocolos para escalas, alocação de efetivo e de equipes integradas, focalização, especialização e outros - Instituir programas de cuidado biopsicossocial aos profissionais de segurança pública e sistema prisional (bem como aos seus familiares) - Garantir equipamentos de proteção individual e demais recursos de qualidade para todos os profissionais de segurança pública - Monitorar e tornar público o número de mortes de policiais e suicídios | <ul style="list-style-type: none"> - Melhora as condições de trabalho dos policiais e a atratividade da carreira - Atrai, potencialmente, profissionais mais qualificados e motivados - Dá publicidade aos desafios dos policiais, como a escassez de pessoal e p número de mortes |



| | | |
|--------------------------------|--|---|
| Formação policial | <p>Propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar linhas de financiamento para a formação policial orientada à proteção da vida e esclarecimento de homicídios - Elaborar e disseminar protocolos de investigação de homicídios e feminicídios - Reforçar treinamento e protocolos de uso da força, usando técnicas e materiais que minimizem o combate e o enfrentamento - Incorporar evidência científica aos processos de formação - Capacitar em equipamentos e ferramentas tecnológicas - Alinhar a formação com os planos nacionais de redução de crimes violentos e do crime organizado - Elaborar e disseminar protocolos de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual para delegacias e unidades de policiamento não especializadas - Elaborar e disseminar protocolos de atendimento voltados à população LGBTI para delegacias e unidades de policiamento não especializadas | <ul style="list-style-type: none"> - Prepara melhor o policial para os principais desafios da profissão, com formação mais humana e técnica - Padroniza melhores práticas de resolução de homicídios - Protege vidas de policiais e de terceiros - Aprimora o atendimento prestado pelas organizações policiais |
| Capacidade das polícias | <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a capacidade investigativa da Polícia Civil com foco no combate aos homicídios, por meio da criação de departamento especializado e/ou do fortalecimento dessa capacidade nos distritos policiais territoriais - Financiar ações estaduais para reduzir homicídios, com metas e mecanismos para evitar a manipulação de dados - Investir nas perícias criminais (equipamentos, concurso e formação) - Cumprir mandados de prisão de acusados de homicídio, tanto em nível federal quanto estadual - Criar núcleos especializados para apoio técnico e consultivo às delegacias de polícia para casos críticos e de difícil esclarecimento - Aprimorar a integração entre Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica - Fomentar o policiamento inteligente, usando recursos tecnológicos e priorizando locais com maior concentração criminal - Fortalecer capacidade investigativa das | <ul style="list-style-type: none"> - Aumenta a taxa de esclarecimento de homicídios - Reduz número de homicídios - Enfraquece crime organizado - Maximiza os resultados do efetivo policial disponível |

| | | |
|----------------|--|---|
| | <p>polícias com foco no combate ao crime organizado e seus membros</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir compartilhamento de informações sobre o crime organizado entre as polícias - Aprimorar mecanismos de combate à lavagem de dinheiro do crime organizado | |
| POLÍCIA | <p>Redução da letalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Substituir a categoria “resistência seguida de morte” por “morte decorrente de intervenção policial” - Realizar a abertura de inquérito específico para cada morte resultante de ação policial - Estimular Corregedorias e Ouvidorias a reduzir a letalidade policial - Estabelecer metas e bônus para a redução da letalidade policial - Desenvolver e disseminar protocolos de uso da força em todos os níveis - Garantir que o socorro das vítimas de ações policiais deve ser feito pela equipe do resgate, SAMU, ou serviço local de emergência - Criação de protocolos para realização de investigação de casos de letalidade policial, com parâmetros que impeçam que policiais envolvidos no evento participem da investigação | <ul style="list-style-type: none"> - Incentiva, financeiramente, a atuação menos violenta possível por parte dos policiais - Padroniza forma de atuação dos policiais |
| | <p>Controle externo da polícia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer mecanismos de combate à corrupção policial - Monitorar e tornar público o uso da força policial via corregedorias - Criar ouvidorias de polícia autônomas com capacidade investigativa e participação da sociedade civil - Fortalecer o controle externo das polícias através do Conselho Nacional do Ministério Público | <ul style="list-style-type: none"> - Desincentiva atitudes indesejadas, por meio de maior controle das polícias - Fortalece o controle interno das instituições policiais |

| | | | |
|------------------------------------|--|--|---|
| SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL | Alternativas penais | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar os crimes nos quais a justiça restaurativa pode ser aplicada - Ampliar o conceito de “crime de menor potencial ofensivo” para crimes com pena de até 4 anos - Estruturar centrais de penas alternativas estaduais - Fortalecer alternativas penais como estratégia de superação do encarceramento em massa | <ul style="list-style-type: none"> - Aumenta o número de casos em que é possível adotar alternativas ao sistema penitenciário brasileiro - Enfraquece o crime organizado ao reduzir o número de presos |
| | Acesso à justiça | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar as Defensorias Públicas Estaduais - Criar núcleos de mediação de conflitos | <ul style="list-style-type: none"> - Garante o direito de defesa ao redor do Brasil - Incentiva resolução de conflitos por outros meios além do tribunal de justiça |
| SISTEMA PENITENCIÁRIO | Gestão do Sistema Penitenciário | <ul style="list-style-type: none"> - Aplicar protocolos de gestão para garantir boas condições e o controle do estado nas prisões - Qualificar os profissionais do sistema prisional - Tornar efetivos os regimes aberto e semiaberto - Incentivar programas de atendimento a pessoas egressas do sistema penitenciário com foco na ressocialização - Implantar mecanismos de prevenção à tortura | <ul style="list-style-type: none"> - Padroniza boas práticas ao redor do país - Torna o ambiente das prisões melhor - Enfraquece o poder do crime organizado - Promove a reinserção efetiva dos presos na sociedade |
| | Tráfico de drogas | <ul style="list-style-type: none"> - Definir critérios objetivos para diferenciar o traficante do usuário - Excluir o tráfico de drogas da lista de crimes hediondos, autorizando a progressão de regime e a fiança - Regular a pesquisa, o uso medicinal, e o autocultivo da maconha - Investir numa política de prevenção e redução de danos através do SUS - Fortalecer debate sobre possibilidade de regular o comércio da maconha com base em evidências | <ul style="list-style-type: none"> - Reduz o número de presos por tráfico, ao diferenciar o traficante do usuário - Desincentiva o tráfico de maconha ao regular seu uso |

Estas propostas tiveram grande influência do documento com propostas para a Segurança Pública construídas em conjunto pelos Instituto Sou da Paz, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Igarapé, documento que é apoiado pelo Acredito.